

Regimes políticos e confiança institucional: reflexos do Brasil contemporâneo

Marconi Severo¹

Resumo: A confiança em instituições democráticas, bem como a própria confiança social, é imprescindível à consolidação de um regime plenamente democrático. É justamente através dos índices de confiança institucional que se pode analisar a consolidação de um regime político. Este artigo concentra-se na percepção das instituições políticas com relação à confiança institucional dos brasileiros ao longo de 2009 a 2015. Com base nesta análise, pôde-se perceber um baixo índice de confiança institucional, fato este que ajuda a explicar a falta de legitimidade das elites políticas, além de fornecer subsídios para a compreensão do processo de *impeachment* ocorrido em 2016. Não obstante, os achados remetem à necessidade de tornar as instituições políticas mais democráticas e confiáveis perante o cidadão, para que, desta forma, tornem-se e idôneas frente à sociedade civil; só assim será possível se falar em uma democracia plenamente consolidada e saudável.

Palavras-Chave: Confiança Institucional; Democracia; Instituições; Regimes Políticos.

¹ Mestrando em Políticas Públicas pelo Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas – PPGPP, da Universidade Federal do Pampa – UNIPAMPA; Graduado em Ciências Sociais – Ciência Política pela mesma universidade. E-mail: marconisevero@hotmail.com.

Abstract: The confidence in democratic institutions, as well as their own social confidence, it is essential to the consolidation of a full democracy. It is precisely through the indices of institutional confidence that we can analyze the consolidation of a political regime. This article focuses on the perception of political institutions with respect to institutional confidence of brazilians throughout 2009 and 2015. Based on this analysis, it was found a low rate of institutional confidence, a fact that helps explain the lack of legitimacy of political elites, in addition to providing support to understand the process of impeachment occurred in 2016. Nevertheless, the findings indicate the necessity of making political institutions more democratic and reliable to the citizen, so that, in this way, become honest and forward to civil society; only then can you speak in a democracy fully consolidated and healthy.

Keywords: Institutional Confidence; Democracy; Institutions; Political Regimes.

Introdução

A **Ciência Política** brasileira tem direcionado uma cálida atenção a aspectos que envolvam a legitimidade presente na relação entre representados/representantes. Nesse sentido, a confiança e a legitimidade das instituições políticas presentes na sociedade civil são essenciais para a efetiva consolidação institucional, além de promover valores como a inclusão sociopolítica e a contestação pública, típicos de uma poliarquia (Dahl, 2012). Não obstante, sabe-se que a confiança social é um fator chave para o desenvolvimento sociopolítico de uma nação (Putnam, 2006). Estudar a relação entre os representantes eleitos, a confiança nas instituições, bem como a forma como estas são percebidas pela sociedade civil – ambos típicos de uma amálgama democrática – **é de fundamental relevância.**

O texto divide-se em três momentos. No primeiro, são abordados os regimes políticos, com destaque para o autoritarismo brasileiro e o conseqüente processo que culminou na redemocratização. A finalidade desta discussão é a de efetuar-se uma sondagem do período, bem como da sua possível influência na percepção dos cidadãos frente às instituições políticas atuais. Ademais, compreender este período sob a ótica da Ciência Política é deveras primordial e, apesar dos estudos consagrados neste quesito (Kinzo, 2001), buscar algumas chaves explicativas para comportamentos atuais no passado recente tende a ser altamente promissor, se observadas sob o ângulo da influência de conjunturas e insumos institucionais.

Este é o foco do segundo momento, no qual será analisado o *como* a confiança institucional pode ser promissora para a consolidação de instituições e regimes democráticos, além de promover valores de autoexpressão cívica (Inglehart; Welzel, 2009), da Poliarquia (Dahl, 2012) e de capital social (Putnam, 2006). Estes princípios são fundamentais para estabelecer um contexto favorável ao bem comum, bem como fortalecer e ser fortalecido por instituições democráticas; trata-se, *a fortiori*, de uma via de mão dupla. Tal conjuntura pode ser fortemente influenciada pela história recente dos mais variados Estados, como bem apontado por Putnam (2006), o que repercute positivamente, ou não, na forma como os cidadãos se veem frente às instituições sociopolíticas.

Em outras palavras, algumas instituições, como as **forças armadas, por exemplo, possuíram** um papel de destaque no cenário político nacional; como, então, os brasileiros percebem atualmente estas instituições? Para responder **questões desta magnitude**, será efetuada na terceira parte do texto uma abordagem, uma análise dos índices de confiança

institucional, considerando-a como algo primordial para o sucesso no concernente à consolidação de um regime plenamente democrático. **É com base também nestes** dados empíricos, que visam captar a forma como a sociedade brasileira compreende e vê-se frente a estas instituições, que foram formuladas algumas considerações finais. Começamos, então, pelos regimes políticos, com foco no cenário brasileiro.

Regimes políticos no Brasil: do autoritarismo à democracia

Para compreender a gênese dos reflexos, medidos em termos de confiança e comportamento dos brasileiros frente às instituições, é imprescindível analisarmos a conjuntura política nacional do período autoritário, pois antes da deflagração do golpe de Estado de 1964, o país possuía uma democracia embrionária – embora esta mesma democracia, ainda incipiente e promissora, fora severamente desacreditada por alguns setores (especialmente os econômicos e os políticos, sendo estes últimos ideologicamente mais exaltados). Em termos ideológicos, pode-se dizer que neste cenário as forças de esquerda condensavam-se na figura do então presidente João Goulart – o Jango, enquanto que as conservadoras concentravam-se no grupo que promoveu e apoiou o golpe². Tal conjuntura de forças culminou, no seu ápice, em um golpe de Estado com drásticos efeitos, em termos políticos, para o país.

Nesse sentido, concorda-se que, de fato, o exercício do poder “é feito por pessoas reais, que detêm num determinado momento histórico a primazia de determinar as ações dos demais” e, independente de como ocorre esta sucessão, “esse grupo, dominante em determinado momento, que **é sucessivamente substituído por outros indivíduos que perpetuam as relações de poder, é denominado elite**” (Dias, 2010, p. 28). Esta nova elite política montou um aparato burocrático e institucional capaz de mantê-la no poder, ou, pelo menos, projetou-se para permanecer o máximo de tempo possível no pós-1964. Entretanto, o fato de assumir importantes postos burocráticos não foi considerado pelo regime autoritário o suficiente para legitimá-lo perante a opinião pública. Trata-se, como pode ser observado, de uma questão de legitimidade. Mas por que se fala aqui em elites e não em povo?

A razão consiste no fato de que a tomada do poder fora efetuada de forma verticalizada, por forças políticas hegemônicas e elitistas, sem quaisquer participações

² Para maiores informações, especialmente relacionadas à economia e a relação entre apoio político e organização das forças nacionais, ver mais em Brum (1998). No concernente ao período de transição, ver mais em Kinzo (1988; 2001 & 2004).

populares, sejam de apoio ou de oposição; afinal, causou grande temor a espada de Dâmocles sob os novos governantes com sua frágil legitimidade. Ademais, este nanismo forçado da opinião pública, já consagrado pelos “bestializados” de Aristides Lobo, influenciou deveras a percepção negativa da sua real influência nos rumos da nação. Um golpe de Estado, assim como procedimentos corruptos, se torna ainda mais prejudicial quando é o caso de um Estado democrático cuja democracia está em estágio formal, qual seja: o mero comparecimento às urnas. Neste caso, é evidente que manifestação de agência cidadã não está espontaneamente comprometida para com o bem comum presente no ato de votar (Putnam, 2006), tratando-se apenas de um mero compromisso formalizado frente às instituições e à própria sociedade.

A busca por legitimidade fez do autoritarismo brasileiro peculiar, se comparado aos seus contemporâneos da América Latina. Isto é perceptível pelo fato de permitir, ao menos em parte, o funcionamento do Poder Legislativo (até determinado momento) e de partidos, ainda que no sistema de bipartidarismo consentido³. Todavia, faz-se necessário ressaltar-se a singularidade de um regime autoritário, para que, dessa forma, tenha-se como percebê-lo em suas principais características. Como tal, entende-se que os mesmos “têm como características o pouco respeito pelas liberdades políticas, o uso de repressão contra adversários e o controle pelo menos parcial da imprensa” (CAMBRAIA, 2015, p.67). No entanto os regimes assim considerados não possuem a ambição do controle total sobre a sociedade civil, afinal, isto seria peculiar aos regimes totalitários (como na Alemanha e a Itália da década de 1930), o que não é este o caso.

Na maior parte de sua existência, o regime autoritário brasileiro manteve a disputa eleitoral concentrada no bipartidarismo, cujo amparo legal fora o Ato Institucional nº 2, de 1966. Segundo o AI 2, na parte concernente aos partidos políticos, observa-se que em seu art. 18 é taxativamente expresso o seguinte: “ficam extintos os atuais Partidos Políticos e cancelados os respectivos registros” (Brasil, 1965). Traz-se esta citação para evidenciar que fora consumado, sob o aparato legal do Estado, este abjeto controle da representação social pelo autoritarismo. Dessa forma o regime autoritário alterava algumas configurações políticas em vigor para permanecer no poder, acreditando que, possuidor dos mais importantes postos do Estado, a oposição, por ser consentida, jamais seria capaz de desafiar a sua hegemonia política. Os fatos vieram a demonstrar que esta

³ Ressalva-se que, neste caso, a circulação de uma elite política não é necessariamente sinônimo de uma ruptura institucional; até mesmo porque em uma democracia saudável, as eleições são constantes – e o axioma também.

estratégia era ingenuamente infantil, dado um fator crucial que não fora considerado: o poder da sociedade civil. Apenas as instituições ou os processos institucionais não são suficientes, sem o comprometimento social, para fins de legitimidade.

Foi através da oposição consentida que o regime objetivou desestruturar e obstaculizar as forças contrárias à nova ordem, mas foi também desta mesma forma que surgiu o Movimento Democrático Brasileiro - MDB, em 1966 (Kinzo, 1988). Ressalte-se que, havendo apenas duas forças políticas capazes de disputar o poder e, mesmo assim, não em todos os níveis, estas se concentraram em torno de dois polos: os contrários ao regime formaram a oposição, e os favoráveis aglutinaram-se em torno do partido governista; respectivamente o MDB e a Aliança Renovadora Nacional – ARENA. Desta forma efetuou-se a primeira grande fusão ideológica (ainda que forçadamente) do período em tela.

É importante ressaltar que nem mesmo a cúpula militar possuía coesão e homogeneidade ideológica, dividindo-se entre os moderados e os da linha dura (Kinzo, 1988, 2001). Quando a opressão e o autoritarismo se reforçaram, após sucessivos Atos Institucionais, culminando não no último, mas no mais rígido e pérfido deles, o AI 5, muitos dos opositores tiveram mandatos cassados, foram exilados e, os que permaneceram no Brasil, mesmo com atividade política restrita, aderiram à oposição por meio da única via legal: o MDB. Retoma-se este quadro histórico-político para que, desta forma, compreenda-se o quão recente são alguns traços deste período, bem como a sua própria organização, no âmago da sociedade civil.

Ao se analisar o comportamento governamental sob o viés da Ciência Política, percebe-se que, se em um regime democrático a legitimação e a aprovação da agenda política e econômica são mais demoradas e envolvem importantes negociações entre Executivo e Legislativo (Meneguello, 1998; 2012), em um regime autoritário esta agenda torna-se rapidamente praticável, justamente pelo fato de ser imposta. Entretanto, nesta conjuntura, a disputa pelo poder já não era somente entre as elites oposicionistas, mas também entre as intra-elites militares que disputavam entre si o destino do regime.

Também é importante relatar, em termos econômicos, que em determinado momento aquilo que ficou conhecido por “milagre econômico” da década de 1970 começou a dar exemplos de esgotamento. Este fato colocou em evidência que apenas uma única e inevitável direção seria possível: a redemocratização. Era justamente nesse sentido que se dava a disputa interna do regime, ou seja, discutia-se quando e como se consolidaria redemocratização. Não obstante, se para a oposição a redemocratização era

algo para breve, conquistada por meio de lutas sociais e políticas, a mesma era vista pelo regime autoritário como algo a ser concedido de forma “lenta, gradual e segura”, como ficou expresso nas palavras do ex-presidente Ernesto Geisel. Típico de um poder autoritário e vertical, o “sistema pensava numa ‘democracia’ como dádiva do poder ou dos poderosos; a sociedade civil, no entanto, por seus múltiplos segmentos organizados, pensava na democracia como conquista e construção histórica do povo” (Brum, 1998, p.377). O que se tornara inevitável era, de uma forma ou de outra, a redemocratização.

É deveras importante ressaltar que havia, neste período, um clamor generalizado e horizontal, que partia da sociedade civil em prol do retorno à democracia. Com isto, conseqüentemente haveria uma reformulação constitucional e uma nova reconfiguração de algumas instituições que o regime autoritário negligenciara – o que, de fato, aconteceu com a promulgação da Constituição Federal de 1988. No entanto, até a efetiva abertura democrática, quem operava no cenário com maior desenvoltura eram as elites militares, de forma verticalizada e controlando o máximo possível como se daria o processo de retorno ao regime democrático (Kinzo, 2001, 2004).

Trata-se, como pode ser observado, de uma ideologia conservadora: resistência às mudanças, por medo de rupturas institucionais e também da ameaça à estabilidade do *establishment*. Não havia, em resumo, incentivos governamentais para que os cidadãos confiassem nas suas instituições políticas e burocráticas (embora, é claro, não caibam aqui generalizações). Como uma das poucas saídas possíveis da crise de legitimação que o governo de Geisel (1974-1979) sofria, assim como a crescente pressão da sociedade, instaurou-se uma nova fase política, conhecida por “abertura política”. Entre as suas principais características estava o fim do AI 5, a anistia política e a volta do pluripartidarismo no país. Entretanto, essa estratégia de volta ao pluripartidarismo era mais do que uma “dádiva do regime”, era, e isso sim, uma maneira encontrada para enfraquecer a oposição crescente, concentrada em torno do MDB. Como o MDB era composto por um elevado grau de heterogeneidade, dar voz a estes subgrupos distintos entre si foi uma estratégia eficiente para manobrar as forças opositoras. Em outras palavras: dividir, para enfraquecer.

Nesse sentido, ficou evidente que “o processo eleitoral, o conflito interno dentro das forças armadas e a emergência de sérios problemas econômicos concorreram para fortalecer aquele padrão controlado e gradual que caracterizou a transição democrática no Brasil” (Kinzo, 2001, p.6). Os episódios centrais do processo de redemocratização evidenciaram-se com o grande movimento político pela votação direta para a Presidência da República, em 1984, o qual ficou conhecido como Diretas Já. No ano seguinte, em

1985, elegeu-se o primeiro presidente civil depois de 21 anos de regime autoritário civil-militar por meio de eleição indireta, através do Congresso Nacional, cuja vitória deu-se à chapa de Tancredo Neves e José Sarney. O ato mais significativo que colocou fim definitivo ao regime autoritário e inaugurou a democratização ocorreu, como visto, através da promulgação da CF de 1988.

Com a volta ao regime democrático, somando o papel dos partidos políticos neste processo e sua relação com o governo, em especial o Executivo federal (Meneguello, 1998), houve uma reorganização das forças políticas e um crescente aumento de novas siglas partidárias. As siglas mais antigas, tais como o caso do PMDB (antigo MDB), tanto reformularam quanto mantiveram alguns de seus princípios originais, mantendo-se atuante na política brasileira⁴ – fundamentalmente em nível local (Kinzo, 2001, 2004). Há, portanto, uma singularidade histórica que certamente pesa na percepção dos cidadãos, sendo esta analisada por meio dos índices e confiança institucional.

O Brasil tornou a experimentar o pluripartidarismo típico de um regime plenamente democrático, todavia, ainda em vias de consolidação e institucionalização. É justamente em relação à consolidação política e democrática que pode-se afirmar: este processo ainda não terminou e, como ficou evidente após o *impeachment* de 2016, encontra-se entre uma plúmbea ambiguidade de instituições e procedimentos sólidos, por um lado e, de outro, falhas e crises de mesma natureza e proporção. Estudar a percepção da sociedade frente às suas instituições, bem como o nível de confiança e disposição para interação sociopolítica, **é fundamental** para que se possa compreender tanto os avanços quanto os retrocessos, bem como os enfadonhos marasmos político-partidários da atual conjuntura.

Confiança político-institucional: o caminho para instituições e regimes democráticos consolidados

As instituições sociopolíticas, desde sua organização e consolidação, bem como a forma como são percebidas pela sociedade civil, podem ser tomadas como um ótimo indicador de amadurecimento tanto da sociedade quanto das próprias instituições (PUTNAM, 2006). Não é por acaso que, segundo Robert Putnam (2006), os reflexos

⁴ Este aspecto, detido na projeção política do PMDB pode ser observado em Severo (2017). Ver mais em: <https://revistas.unilasalle.edu.br/index.php/Dialogo/article/view/3595/pdf>. Acesso em: 19 fev. 2018.

destas na cultura política só podem ser percebidos através de **décadas, ou seja, é um investimento social – e, leia-se, um dos maiores – cujos benefícios colhidos se dão** em longo prazo. O autor, utilizando de uma analogia à natureza, aponta que tudo aquilo que é de custoso crescimento, também o é em termos de padecimento. No que se refere à confiança social e institucional, a relação é ainda melhor: os resultados de instituições consolidadas e legitimadas perante a opinião pública, apesar de ser um processo longo, são efetivos e tendem a serem duradouros em relação ao bem-comum.

É evidente que em uma sociedade com tradições de baixa confiança institucional, a consolidação das mesmas tende a ser frágil e trabalhosa. Não obstante, em um cenário como este, há uma conjuntura favorável às rupturas institucionais e problemas estruturais, especialmente em termos de legitimidade política, além do pouco respeito (e desconfiança) com a burocracia estatal. Tais fatores, na visão de um culturalista pessimista, contribuiriam para um contexto em que a patronagem, clientelismo e, em um grau mais agudo, a coerção física, sejam presentes no cotidiano das pessoas e, em não raras ocasiões, atos de corrupção ativa e passiva, passam a compor a mercadoria de maior eficácia e gerência administrativa tanto nas esferas privadas quanto públicas.

Em termos de confiança institucional, os **índices tendem a ser mais elevados na medida em que o indivíduo se vê** próximos às mesmas, ou seja, enquanto um ator ativo e que pode manifestar sua agência política individual (O'Donnel, 2011). Em outras palavras, o cidadão tende a confiar mais em instituições como, por exemplo, a sua família e às igrejas, uma vez que estão mais próximas ao seu convívio do que outras, tais como partidos políticos, Câmara de Vereadores, Congresso Nacional etc. Este fato foi observado por Putnam (2006), pois a “comunidade cívica” tanto é mais perceptível quanto mais próxima a ela estiver o cidadão/pesquisador. Ademais, esta conjuntura tanto influencia quanto é influenciada pela formação histórica das instituições e da própria sociedade.

Em um regime democrático como, por exemplo, o brasileiro, instituições consolidadas são mais do que uma formalidade, são, e isso sim, uma necessidade. Para que estas sejam vistas pela sociedade civil como algo em que efetivamente pode-se confiar, é necessário que estejam próximas ao cidadão, que sejam eficientes e eficazes em suas finalidades, além de, obviamente, serem democráticas. Segundo Putnam, para que as instituições político-democráticas tenham um bom desempenho, elas devem “ser ao mesmo tempo sensível e eficaz: sensível às demandas de seu eleitorado e eficaz na utilização de recursos limitados para atender a essas demandas” (2006, p.25).

Apesar de estes apontamentos referirem-se aos regimes democráticos, **é importante ressaltar que** em regimes fascistas e autoritários, a alta burocracia, bem

como as próprias instituições, compõem o principal foco de poder e legitimação (ou busca desta), pelas elites governantes. O regime autoritário brasileiro, como observado, tentou-se valer da existência de partidos políticos, ainda que no sistema de bipartidarismo consentido, como uma forma de legitimação do regime perante a sociedade civil. Esta é uma das explicações do *por que* a influência de uma elite política, assim como da própria sociedade, em qualquer regime é exponencialmente mais visível através dos reflexos institucionais.

Não por acaso o autoritarismo brasileiro perdurou por mais de duas décadas, comportando algumas peculiaridades, se comparado aos outros regimes autoritários dos países vizinhos. Entretanto, o domínio de algumas instituições políticas, seja direta ou indiretamente, não quer dizer que se tenha uma “arquitetura institucional” capaz de manter infinitamente uma elite no poder, como observou Hollanda (2011). Nesse sentido, países relativamente livres da herança de regimes totalitários ou autoritários possuem uma maior tendência à formação de uma comunidade efetivamente cívica. Entretanto, novamente não cabem aqui generalizações, como ficou deveras explícito nos achados de Inglehart & Welzel (2009), cujo foco da ressalva aqui efetuada diz respeito às democracias europeias.

A comunidade cívica é composta, por sua vez, de “cidadãos atuantes e imbuídos de espírito público, por relações políticas igualitárias, por uma estrutura social firmada na confiança e na colaboração” (Putnam, 2006, p.30-31). Esta ideia está em plena sintonia com uma sociedade justa e igualitária, onde há a formação e demonstração efetiva e consciente de agência política individual com reflexos positivos para a sociedade (O’Donnel, 2011). Neste cenário, pode-se perceber um contexto favorável para uma poliarquia, tal como proposta por Dahl (2012) ou, nas palavras de Inglehart & Welzel (2009), para a difusão de valores de autoexpressão cívica.

Há de ressaltar-se que estes autores igualmente comungam o fomento às instituições democráticas sólidas e consolidadas. Estas, por sua vez, podem ser um meio eficaz para o combate à problemas endógenos de diversas nações, tais como criminalidade, concentração de renda, pobreza, etc. – todos problemas infraestruturais que exigem soluções em longo prazo. Ademais, em conjunturas de regimes democráticos, cujas instituições são beneficentemente presentes na vida do cidadão, os governos, nas suas mais variadas esferas, tendem a ser avaliados de forma mais significativa pelos cidadãos, o que gera insumos positivos de transparência e responsabilidade por parte dos gestores; em outras palavras: *accountability*.

Não é por acaso que, como bem observado no livro organizado por Meneguello (2012), o poder local tende a ser positivamente avaliado pelo brasileiro e, conforme o

aumento da hierarquia institucional e conseqüentemente o distanciamento do cidadão, maior é o índice de desconfiança deste. Esta relação, todavia, é uma via de mão dupla, tal como apontado por Putnam (2006, p. 132), uma vez que “o principal fator que explica o bom desempenho de um governo é certamente até que ponto a vida social e política de uma região se aproxima do ideal da comunidade cívica”. Doravante quanto mais confiança depositada nos representantes e às regras do jogo democrático (Bobbio, 2007), melhor o desempenho do governo.

É nesse sentido que são avaliados os atuais governos, fazendo jus à observação de que os políticos profissionais são avaliados, hoje, muito mais pelo *electoral accountability* do que pelas clássicas funções do partido. Não obstante, este fato está intrinsecamente relacionado à confiança depositada no candidato, sendo esta mais expressiva do aquela depositada no próprio partido político, especialmente em países de tradição presidencialista. Esta é uma das conclusões de Robert Putnam: “eis uma lição a ser tirada de nossa pesquisa: *o contexto social e a história condicionam profundamente o desempenho das instituições*” (2006, p. 191, grifos do autor).

Os regimes políticos são fundamentais neste processo. Por isso que a história e a conjuntura institucional do Brasil foram ressaltadas anteriormente, partindo-se do pressuposto de que o contexto social e histórico deste período, dado a sua relativa atualidade na sociedade civil, pesam significativamente na percepção do cidadão frente às instituições políticas, medida em termos de confiança institucional. Ademais, soma-se a este cenário outra característica apontada por Putnam (2006) e Meneguello (2012), no concernente aos índices de confiança institucional serem mais significativos quanto mais próximo do cidadão estiverem as instituições. Veja-se que há, segundo esta literatura, uma tendência a ser observada no cenário político nacional: a descrença em instituições como os partidos políticos e o Congresso Nacional, de um lado, e a credibilidade em outras como, por exemplo, as igrejas.

É justamente nesse sentido que Inglehart & Welzel (2009), sinalizam, em primeiro lugar, para uma mudança cultural; **só então, poder-se-ia** falar em regimes democráticos verdadeiramente consolidados⁵. Segundo estes autores, na gênese desta mudança – quando há insumos positivos para que ela se concretize – ainda que algumas elites sejam contrárias à participação e contestação pública (Dahl, 2012), de fato, “a

⁵ Segundo os autores, este seria o caso dos países nórdicos da Europa setentrional, nos quais a cultura e a organização social tendem a repercutir positivamente em relação aos governos/sociedade, bem como na consolidação de instituições democráticas, além de fomentar elevados níveis de confiança institucional.

partir de um determinado ponto torna-se cada vez mais difícil evitar a democratização” (Inglehart; Welzel, 2009, p. 23). Este foi (e, talvez, ainda seja) o caso de muitos países como, por exemplo, o Brasil. Neste caso em específico, os reflexos políticos das últimas décadas certamente possuem um papel significativo.

Como pode ser observada, a confiança institucional e a existência de elites políticas verdadeiramente comprometidas com a delegação de confiança, demonstrada por meio do voto, é essencial à democracia. Este fato é fundamental para compreendermos que as elites não são responsáveis por concederem dádivas, como ocorreu no regime autoritário brasileiro; elas devem, e isso sim, responder aos anseios da própria sociedade civil; afinal, este é o ideal democrático. Ademais, a “democracia efetiva envolve muito mais do que apenas um ‘desenho’ institucional e elites comprometidas, pois reflete as forças libertadoras mais amplas inerentes ao desenvolvimento humano” (Inglehart; Welzel, 2009, p.30-31). E neste processo, a agência política individual, consciente e comprometida com o desenvolvimento social, é fundamental (O’Donnell 2011), especialmente quando se aborda a democracia enquanto um espelho sociopolítico.

Entretanto, a confiança nas instituições não é algo que se possa tomar por uma lei universal e absoluta, como se fosse benéfica à sociedade como um todo, sem contraindicações. Ressalve-se que muitas vezes é justamente a falta de credibilidade nas instituições políticas que geram mudanças sociais e, não em raras ocasiões, move uma arquitetura institucional capaz de promover a troca de regimes. Foi exatamente isto que ocorreu no regime autoritário brasileiro, pois do contrário, o regime teria perdurado ainda mais tempo, se a confiança nas instituições fosse passiva e conivente. Em casos como estes, “o declínio da confiança nas instituições não representa uma ameaça para a democracia”, mas ao contrário, ou seja, “reflete o surgimento de públicos menos diferenciais e mais contestadores das elites nas sociedades modernas, fato que interpretamos como propício a democracia” (INGLEHART; WELZEL, 2009, p.299). Este é o caso de tendências positivas à Poliarquia de Dahl (2012). Veja-se, quanto mais confiança em instituições comprometidas com o regime democrático melhor, porém o oposto não é verídico.

Veja-se uma distinção: confiança social e institucional. A confiança social é algo responsável por gerar um capital homônimo. Este seria um incentivo às tendências ao cooperativismo, ao bem-comum, enfim, é o principal responsável pelo progresso social, político e econômico de uma determinada nação (processos estes que, obviamente, estão fortemente correlacionados). A confiança institucional, por sua vez, é um insumo positivo e serve de fomento ao capital social, como expresso nas palavras de Putnam (2006). O

que se quer dizer com isso é que se tem, neste caso, um modelo ideal cuja confiança horizontal reflete-se de forma iminente em relação às instituições democráticas.

A crença com maior ênfase nestas últimas do que na própria comunidade cívica até é possível, mas tende a ser mais raro e perigoso, pois abre lacunas para a comodidade política e, em termos mais atuais, em uma crença maior na judicialização da política como forma de resolver conflitos sociais que, normalmente, deveriam ser objetos do Poder Legislativo (Meneguello, 1998). Em outras palavras, confiar nas instituições democráticas é promissor em termos sociais, mas a confiança mútua na própria sociedade civil tende a ser ainda mais benéfica e, conseqüentemente, reflete de forma direta nas próprias instituições.

Dessa forma, concorda-se com Inglehart & Welzel (2009, p. 309), ao afirmarem que “a confiança na autoridade institucionalizada reflete conformismo social e não emancipação humana; mas a confiança nos concidadãos reflete emancipação”. Todavia, quando se trata de um regime democrático, quanto maior os índices de confiança social e institucional, melhor. Inclusive, este é um princípio necessário para a consolidação da uma democracia saudável. Nesse sentido, o cenário brasileiro, por sua vez, é um local excelente para observar como ocorrem tais manifestações de confiança institucional. Para tanto, selecionou-se algumas instituições analisadas pelo IBOPE inteligência, a fim de averiguar qual a percepção do brasileiro em relação às mesmas.

A confiança institucional em instituições brasileiras

Com o intuito de analisar os índices de confiança institucional dos brasileiros em termos políticos, focou-se naquelas instituições que se apresentam como um *locus* de atuação política. Isto se deve ao objetivo de identificar como estas instituições, que por sua vez estão intrinsecamente relacionadas ao regime democrático atual, são percebidas pelos cidadãos. Algumas como, por exemplo, igrejas e forças armadas, são responsáveis pela formação e projeção de elites políticas; outras, como as eleições e sistema eleitoral bem como os próprios partidos políticos, respondem pelo canal e veículo de legitimação política destas. Em termos metodológicos, optou-se pela análise de instituições que, de acordo com a bibliografia, são fundamentais ao regime democrático brasileiro; além de quaisquer outros regimes políticos, especialmente os democráticos.

Todavia, a percepção sobre o poder constitucional bem como a esfera interinstitucional em que se manifesta o poder político, também é uma fonte importantíssima para captar a confiança institucional dos cidadãos brasileiros. Vale ressaltar, entretanto, que todos estes itens compõem instituições, assim consideradas pelo próprio IBOPE

Inteligência (2015). Com a finalidade de efetuar-se uma análise comparada entre as mesmas instituições, variando conforme o ano, optou-se por um recorte temporal de tal forma que compreendesse a totalidade de informações necessárias à análise comparada. Como resultado, chegou-se ao recorte temporal que compreende os anos de 2009 a 2015. O IBOPE Inteligência entrevistou um universo de 2002 pessoas com idade acima de 16 anos, distribuídas em 142 municípios brasileiros. Tal procedimento metodológico consiste na aplicação de pesquisa estilo *survey*, típica de estudos da área da Ciência Política.

Ademais, a idoneidade dos dados é verificável por meio da análise retida no processo de obtenção dos mesmos, observável no site do próprio IBOPE⁶. Fora com base neste material que formulou-se a Tabela 1; nela estão distribuídas quatro instituições, estudadas ao longo do período que compreende os anos de 2009 a 2015. Os índices são representados em pontos, os quais comportam a percepção dos entrevistados. A escala varia de zero ponto, o que representa “nenhuma confiança” a 100 pontos, que representa, por sua vez, “muita confiança”.

Tabela 1: Índice de confiança em algumas instituições brasileiras.

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Igrejas	76	73	72	71	66	66	71
Forças Armadas	71	69	72	71	64	62	63
Eleições e Sistema Eleitoral	49	56	52	47	41	43	33
Governo Federal	53	59	53	53	41	43	30

Fonte: IBOPE, 2015.

Como pode-se observar, todas as instituições acima estão dispostas entre uma órbita de queda ou de leve constância ao longo de 2009 a 2015, em termos de pontuação. Percebe-se também que há uma manutenção desta estrutura, uma vez que em primeiro lugar encontram-se as igrejas, seguidas das forças armadas e das eleições e sistema eleitoral, respectivamente. Ademais, a última colocação (e com acentuada queda em 2015) coube ao governo federal. Os dados são curiosos e sugestivos no que se refere ao contexto sociopolítico, ou seja, as duas primeiras colocações cabem a instituições hierarquizadas e pouco democráticas.

Analisada a colocação destas instituições como as mais confiáveis por parte do cidadão, pode-se associar tal constatação tanto à proximidade quanto o caráter cultural/

⁶ Para maiores informações, ver mais em: Disponível em: <http://www.ibope.com.br>. Acesso em: 28 jan. 2017.

institucional das mesmas. As igrejas, por exemplo, são instituições que estão próximas aos cidadãos. Possivelmente, elas fomentam, por meio de elos participativos e comunicativos, uma percepção de instituição próxima e ativa na vida do cidadão, senão necessária (mas também vital a sua própria existência enquanto instituição). Isto faz com que, devido à proximidade e interação contínua, o cidadão deposite maior confiança nas instituições religiosas. Destarte, fatores culturais e crenças consolidadas exercem um peso decisivo para um índice ainda maior de confiança nas igrejas, como observou Robert Putnam (2006), para a Itália meridional.

O mesmo se aplica em relação às forças armadas que, mesmo que não sejam presentes e atuantes na vida do cidadão, como as igrejas, recebem, ainda assim, uma considerável confiança por parte do cidadão. Possivelmente este cenário tenha a ver com uma tradição autoritária e militar na formação histórica do Brasil (Brum, 1998; Kinzo, 2001, 2004), o que recai em uma possível noção de instituição séria, eficiente e com pouca corrupção, o que contribui paradoxalmente para amenizar sua relação com o autoritarismo d'outrora. Outro fator que pode explicar esta confiança elevada nas forças armadas pode ser encontrado na sensação de insegurança, constantemente fomentada pela mídia. Neste cenário, as forças armadas podem ser observadas como uma solução “à ordem”. Outro ponto crucial é que este é um campo relativamente de difícil acesso pela mídia, o que reflete na integridade institucional perante a opinião pública, pois não há indícios (e frequência) de denúncias como há, por exemplo, no Congresso Nacional.

Os dados da Tabela 1 sugerem que é com relação às eleições e processo eleitoral, bem como com o governo federal, que ocorre a queda mais acentuada no nível de confiança institucional. Isto é de fundamental importância, uma vez que as eleições e o processo eleitoral respondem pelo canal de legitimação popular das elites políticas, bem como das políticas públicas, em variados níveis interinstitucionais de poder. Segundo os dados ora analisados, os brasileiros tendem a confiar em instituições hierarquizadas e conservadoras, mesmo que as forças armadas, como visto na primeira parte do artigo, estejam intrinsecamente relacionadas ao regime autoritário e a recente democratização brasileira (Kinzo, 1988, 2001, 2004). Seria de se esperar uma visão menos otimista em relação à confiança nesta instituição, o que não ocorre. O que isto quer dizer?

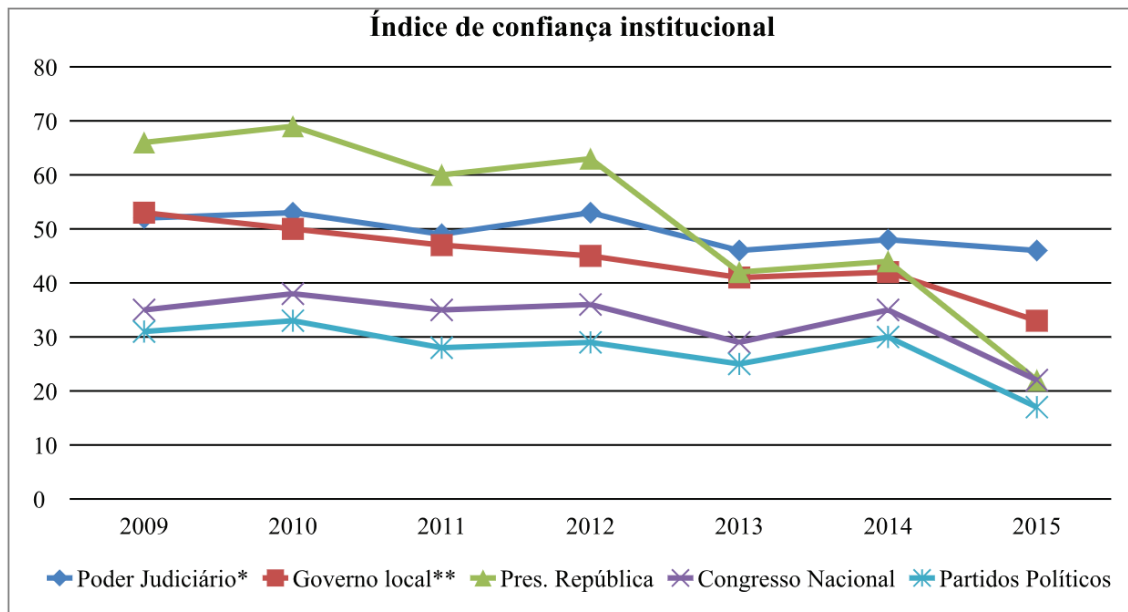
Que há entre os brasileiros uma tendência à concentração de confiança em instituições pouco democráticas e conservadoras, por um lado, e menor confiança em outras, as quais respondem pela legitimação e a administração dos anseios políticos da sociedade civil (ou seja, com relação às demandas apreciadas pelo sistema político, através

de mecanismos de *outputs/inputs*). Este achado aponta para uma chave explicativa que legitime uma tendência de favorecimento às rupturas institucionais, sejam elas diretas ou indiretas (golpes de Estado ou processos de *impeachment*). Entretanto, a confirmação ou refutação deste achado é tema para uma outra pesquisa, uma vez que foge aos objetivos de identificar a percepção dos cidadãos brasileiros frente às suas principais instituições políticas.

Não obstante, deve-se ressaltar que o governo federal é visto com certa desconfiança pelo cidadão brasileiro, uma vez que entre 2013 e 2014 houve certa estabilidade nos níveis de confiança nesta instituição, entretanto, em 2015, percebe-se uma acentuada queda na pontuação. É importante ressaltar este cenário, pois em 2013 ocorre uma das mais significativas manifestações de caráter horizontal e popular, conhecida por Manifestações de Junho de 2013, seguidas, logo após, em 2014, das acirradas eleições presidenciais. Ao que tudo indica, a busca de explicações para o processo de *impeachment*, com base na confiança institucional, concentra-se menos nas Manifestações de Junho de 2013 e mais nos desdobramentos pós-eleições de 2014.

Esta é uma realidade que pode, pelo menos em parte, explicar a gênese do *impeachment* ocorrido em 2016, evidenciado pela acentuada queda de confiança institucional em 2015, bem como através dos consequentes desdobramentos em termos de legitimidade política. Segundo a análise dos índices de confiança institucional, há uma tendência à confirmação desta hipótese, entretanto não se trata de uma chave-explicativa total. Por exemplo, o atual governo de Temer sofre de um índice de rejeição extremamente superior se comparado ao de Rousseff, no período em tela, no entanto, isto não é suficiente para explicar a sua queda ou permanência à frente do Executivo federal. Ainda que a confiança institucional forneça suporte interpretativo do contexto sociopolítico em tela, a queda ou permanência de um governo tende a ser analisada de forma mais coerente se considerado o âmago estrutural das forças partidárias como, neste caso, as presentes no Congresso Nacional – tal como sugere o estudo de Meneguello (1998).

O panorama descortinado pela análise da Tabela 1 é sugestivo de uma realidade peculiar, em termos políticos, da sociedade brasileira atual. No entanto, para que se possa formar uma opinião mais concisa de como os brasileiros se veem frente às suas instituições políticas, deve-se analisar mais profundamente este contexto. Nesse sentido, formulou-se o Gráfico 1, conforme segue.

Gráfico 1: Índice de confiança institucional

Fonte: IBOPE, 2015. *Aprimorou-se a categoria original de “Poder judiciário e Justiça” para Poder Judiciário. **Aprimorou-se a categoria original “Governo da cidade onde mora” para Governo Local.

A análise de instituições representativas, responsáveis tanto pelo cenário de atuação das elites políticas como também pelos veículos que as levam ao poder, pode ser percebida, por exemplo, por meio do Congresso Nacional e dos partidos políticos, respectivamente. Em sintonia com a tabela anterior, a categoria “presidente da república”, por sua vez, está muito próxima com “governo federal”, sendo que esta apresenta o melhor índice de confiança em 2009, mas que igualmente apresenta a queda mais significativa em 2015. Isto leva a crer na hipótese de que o cenário pós-eleições de 2014, com acentuada queda nos índices de confiança institucional, seja, novamente, uma possível chave-interpretativa para compreender-se o processo de *impeachment*, ocorrido em 2016 (analisado, é claro, em termos exteriores à lógica idiossincrática do sistema político, ou, em outras palavras, por fatores externo e, por isso, não necessariamente decisivos como é o caso, por exemplo, da legitimidade e/ou confiança institucional).

Situação semelhante pode ser verificada com o Congresso Nacional. Os índices de confiança nesta instituição, apesar de decaírem significativamente em 2015, foram continuamente inferiores ao caso da presidência da República, em termos de posicionamento. Mas o que dizer, então, dos partidos políticos? Estes podem ser percebidos como instituições responsáveis *par excellence* por levarem as elites políticas ao *locus* de poder, agindo como veículos de legitimação política (Meneguello, 1998). Razão esta, *sine qua*

non para um regime democrático. Entretanto, apesar de fundamentais às regras do jogo e da própria democracia, a sua colocação está em último lugar em termos de pontuação – fato contínuo ao longo do período analisado, cujo sorvedouro deu-se em 2015.

Se por um lado as instituições acima analisadas atestam uma considerável queda nos índices de confiança institucional, o que é altamente nocivo para a sociedade civil, outras instituições, tais como o Poder Judiciário e o governo local, apresentam leve constância nestes índices. Repita-se: leve constância; o que de forma alguma é sinônimo de acréscimo. Para o caso do governo local, pode-se interpretar esta relação positiva como base em Putnam (2006), ou seja, em um cenário de proximidade entre instituição/cidadão. Tal como ocorre com as igrejas, há uma maior tendência à confiança institucional. Entretanto, a colocação melhor cabe, ainda assim, ao Poder Judiciário.

Possivelmente, a explicação para esta pontuação contínua ao longo de 2009 a 2015 pode ser encontrada tanto em termos histórico-culturais como, e mais significativamente, por meio do aparato legal do Estado, ou seja, pelo poder de coerção e intervenção na sociedade civil. Estes fatores são capazes de explicar, pelo menos em parte, uma maior confiança nas instâncias do Poder Judiciário enquanto instituições eficazes na solução de problemas, especialmente pela sua dinâmica endógena, a qual dispensa partidos políticos, por exemplo. Todavia, este cenário aponta para uma observação inerente aos desdobramentos políticos, qual seja: a judicialização da política brasileira. Além disto, pode-se observar que há, como no caso das forças armadas e das igrejas, uma tendência dos entrevistados em confiar mais nas instituições tradicionais, verticalizadas e, paradoxalmente, pouco democráticas, o que explicaria, também, esta constância do Poder Judiciário (o mesmo é percebido positivamente, muito provavelmente, pelas mesmas razões das forças armadas).

Não obstante, os índices de confiança institucional servem como idôneos indicadores de como os cidadãos se sentem representados – ou não –, pelas instituições presentes na sociedade civil. Estudá-las, sob o viés da Ciência Política e com o foco em tais indicadores, é uma forma eficaz de compreender o âmago da sociedade civil, especialmente no que diz respeito à consolidação de regimes ainda incipientes, como é o caso da democracia brasileira.

Considerações finais

Como observado, tanto em regimes autoritários quanto democráticos, percebe-se importância que possuem as instituições. É através delas que os regimes tentam consolidar-se e transmitir/efetivar a sua agenda política. Percebe-se, assim, a existência de um *locus* tanto de atuação quanto de legitimação do poder conferido/conquistado por estas elites políticas, ou seja, o amparo estatal. Este aspecto, no caso brasileiro, pode ser observado por meio do regime autoritário instaurado após o golpe de Estado de 1964 quando se tentou, por meio das instituições, formar uma complexa conjuntura política capaz tanto de legitimar quanto de prolongar a sua permanência nas esferas de poder; o que, evidentemente, não funcionou. Observa-se, assim, que as instituições são fundamentais, especialmente para a sociedade civil, independente do regime político adotado. Em uma democracia, por exemplo, pode-se dizer que a consolidação de instituições democráticas é essencial para a constituição de uma comunidade cívica (Putnam, 2006), na qual os indivíduos encontrarão formas idôneas para manifestarem sua agência política individual (O'Donnell, 2011).

Mesmo que as mudanças promovidas pela consolidação destas instituições sejam benéficas em termos de cultura política, os reflexos positivos desta conjuntura somente poderão ser observados em longo prazo e, em não raras ocasiões, a própria cultura política pode agir tanto como fomento quanto como barreira a estes mesmos reflexos institucionais. Neste sentido, o índice de confiança institucional é fundamental para se medir o grau de interação e percepção dos cidadãos frente às instituições e ao regime vigente, apontando assim suas vicissitudes, deficiências e, também, focos de investimento – nesse sentido, alguns achados de Putnam (2006), encontram eco no Brasil contemporâneo.

Com base nos índices de confiança institucional analisados, observou-se que há uma maior tendência do brasileiro em confiar mais em instituições próximas ao seu convívio social como, por exemplo, as igrejas. Outras instituições como, por exemplo, as forças armadas, também estão bem colocadas em termos de confiança institucional, embora não sejam presentes no dia a dia dos cidadãos. Esta constatação pode ser explicada por meio de uma possível crença de que tais instituições sejam eficientes e pouco corruptas. Entretanto, vale ressaltar que ambas, além de rigidamente hierarquizadas, não são ou são pouco democráticas. A influência daquilo que Weber chamou de dominação tradicional, além da ausência de instituições má avaliadas, como os partidos políticos, tende a favorecer a avaliação positiva destas – caso este semelhante ao do Poder Judiciário.

Isto leva a crer que, com base no índice de confiança institucional, discursos hierarquizados e tradicionais, de matriz religiosa e moral, se façam presentes e legitimados por uma parcela significativa da sociedade civil – o que sugere uma chave-interpretativa do *por que* discursos reacionários tenham tanta repercussão na sociedade brasileira. Respondendo pelos canais e veículos de legitimação das elites políticas, o sistema eleitoral e as eleições, bem como os partidos políticos, respectivamente, estão entre os piores colocados em termos de confiança institucional.

Este achado aponta para uma deficiência no que diz respeito à consolidação da democracia brasileira, pois é justamente no processo de legitimação das elites políticas que o brasileiro demonstra ter menos confiança. Constatação esta, que ficou evidente no período de pós-eleições presidenciais, em 2014. Em outras palavras, se o cidadão não confia na forma como o candidato eleito chega ao poder, há uma tendência igualmente pessimista com relação ao mandato e às atitudes deste candidato. Isto é duplamente nocivo, pois leva ao descrédito da população e, também, pode ser um solo fértil para a formação de demagogos e oportunistas, os quais se valem da pouca credibilidade e indiferença do cidadão/eleitor.

Ademais, pode-se perceber que, ao longo de 2009 a 2015, e com acentuada queda neste último ano, instituições como o governo federal e presidência da república são as que sofreram as quedas mais agudas. Possivelmente isto seja um reflexo da crise de legitimidade, ocorrida ao longo do pós-2014. Mesmo com uma acentuada queda de confiança institucional neste período, o que é nocivo ao regime democrático, percebe-se que, por outro lado, algumas instituições assumiram um aspecto diverso, com uma quase-constância nos índices de confiança. Merecem destaque, neste quesito, o Poder Judiciário e o governo local. Certamente, a constância da confiança institucional no governo local, ainda que baixa, tende a ser explicada pela proximidade do cidadão com esta esfera, semelhante ao caso das igrejas, tal como apontado por Putnam (2006). Em outras palavras: o cidadão sente-se presente, atuante e/ou representado por estas instituições, formando assim uma amálgama político-institucional. O Poder Judiciário, por sua vez, atesta uma complexidade maior.

Mesmo que distante do cidadão, seus reflexos tendem a ser observados como um *locus* institucional idôneo, moralmente consolidado, impessoal, logo, sem corrupção e com regras e sistema de recrutamento próprio, além do aparato estatal que lhe é característico, embora pouco democrático. Os reflexos desta pontuação contínua das instituições do Poder Judiciário encontram eco no cenário político atual; fato este especialmente

observável através do debate sobre a judicialização da política brasileira. Ademais, os índices de confiança institucional direcionam para uma maior legitimidade em decisões judiciais, acima de outras premissas que, contraditoriamente, em um sistema verdadeiramente democrático e pluralista, seriam típicas do Poder Legislativo – este, representante do povo, àquele, da jurisprudência.

Em se tratando de um regime democrático, a atual confiança dos brasileiros em suas instituições políticas não pode ser interpretada como típica de um cenário fértil à consolidação da democracia, o que permite concluir que deve-se pensar em formas criativas e eficazes de aproximar o cidadão às suas intuições, de tal forma que a legitimidade e confiança nestas sejam realmente efetivas para a consolidação de uma democracia plenamente saudável. O cidadão deve crer não apenas em instituições que representem o *locus* de atuação política, mas também nos veículos que levam a este, tais como os partidos políticos e sistema eleitoral, pois somente assim haverá algo imprescindível: a legitimidade do regime.

Referências bibliográficas

BOBBIO, Norberto. (2007). *Do fascismo à democracia: os regimes, as ideologias, os personagens e as culturas políticas*. Tradução de Daniela Versiani. Rio de Janeiro: Elsevier.

BRASIL. *Ato Institucional número 2*. 1965. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-02-65.htm. Acesso em: 28 abr. 2016.

BRUM, Argemiro J. (1998). *O desenvolvimento econômico brasileiro*. 18°. Rio de Janeiro: Vozes, em coedição com a Editora UNIJUÍ.

CAMBRAIA, Márcio F. N. (2015). *Os jogos do Poder: como entender e analisar a realidade política de um mundo em transformação*. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas.

DAHL, Robert A. (2012). *Poliarquia: participação e oposição*. Tradução de Celso M. Paciornik. 1° ed. 2° reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo. (Clássicos; 9)

DIAS, Reinaldo. (2010). *Ciência Política*. 1° Ed. 2° Reimpr. São Paulo: Atlas.

HOLLANDA, Cristina Buarque de. (2011) *Teoria das elites*. Rio de Janeiro: Zahar.

IBOPE Inteligência - Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística – Inteligência.

Índice de confiança social de 2015. Disponível em: http://www.ibope.com.br/pt-br/noticias/Documents/ics_brasil.pdf. Acesso em: 28 jan. 2017.

INGLEHART, Ronald; WELZEL, Christian. (2009). *Modernização, mudança cultural e democracia: a sequência do desenvolvimento humano*. Tradução de Hilda Maria Lemos Pantoja Coelho; revisão técnica Benício Viero Schimidt. São Paulo: Francis.

KINZO, Maria D'Alva G. A democratização brasileira: um balanço do processo político desde a transição. *São Paulo em Perspectiva*. 15(4) 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v15n4/10367.pdf>. Acesso em: 30 mar. 2016.

_____. (1988) *Oposição e autoritarismo: gêneses e trajetória do MDB (1966-1979)*. São Paulo: Vértice.

_____. Partidos, eleições e democracia no Brasil pós-1985. *RBCS*. Vol. 19 n°. 54 fevereiro/2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v19n54/a02v1954.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2015.

MENEGUELLO, Rachel. (1998) *Partidos e governos no Brasil contemporâneo*. São Paulo: Paz e Terra.

_____. (2012). (Org.). *O Legislativo brasileiro: funcionamento, composição e opinião pública*. Brasília: Senado Federal, Secretaria Especial de Comunicação Social, 2012.

O'DONNELL, Guillermo. (2011) *Democracia, agência e estado: teoria com intenção comparativa*. Tradução de Vera Joscelyne. – São Paulo: Paz e Terra, 2011.

PUTNAM, Robert D. *Comunidade e democracia: a experiência na Itália moderna*. Tradução Luiz Alberto Monjardim. 5° ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

WEBER, Max. (2003) *Ensaio sobre a teoria das ciências sociais*. Tradução de Rubens Eduardo Frias. 2° Ed. São Paulo: Centauro.

Recebido em 19/02/2018

Aprovado em 25/06/2018